

13 JUN 2015

GAZETA DO POVO

OAB-PR considera nova Loman desconexa da realidade do país

Relatório da OAB aponta excessos na nova Lei da Magistratura

A seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) considera a nova Lei Orgânica da Magistratura, em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF), desconexa da realidade do país. Entre os pontos considerados inadequados pela entidade, está o excesso de benefícios.

Ordem preparou um relatório que trata de pontos considerados inadequados na nova Lei Orgânica da Magistratura, como o excesso de benefícios

Kelli Kadamus

A seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) considera a nova Lei Orgânica da Magistratura (Loman), em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF), desconexa da realidade do país.

O relatório preparado pelo órgão, que ainda pre-

cisa passar pela redação final, será enviado à OAB nacional, que vai compilar o posicionamento de todas as seccionais em um único parecer sobre o assunto.

O projeto, esperado há anos pela magistratura brasileira, traz uma série de alterações que aumentam os benefícios e o poder dos magistrados, além de estabelecer novos parâmetros para a atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e para a punição de juízes envolvidos em casos de corrupção.

“A posição do Conselho Pleno é no sentido de que essa lei não deve em hipótese alguma tramitar se proposta dessa forma”, diz o vice-presidente da OAB-PR Cássio Telles.

“O Conselho da OAB entendeu, por unanimidade, que o projeto tem que ser abandonado e o Supremo tem, na nossa opinião, o dever de reabrir o debate amplo com a sociedade civil”, disse o presidente da OAB-PR, Juliano Breda.

A seccional paranaense analisou pontos como a criação de benefícios cumulativos, prerrogativas e atuação do CNJ. “Parece que o clamor da população não é escutado”, analisa Telles. “Será que é isso que a população quer?”, questiona.

Benefícios

De acordo com a entidade, a criação de benefícios cumulativos, como auxílio-creche, auxílio-educação e outras indenizações não correspondem à realidade vivida no Brasil. “Enquanto o cidadão comum deve atender as necessidades suas e da família com seu salário, os magistrados terão, subsidiados pelo povo, todas suas necessidades, ainda que seu subsídio seja invejável e imensamente maior do que o de qualquer trabalhador”, diz um trecho do documento elaborado pela OAB-PR.

O anteprojeto da nova Loman também estabelece uma série de prerrogativas aos magistrados, como preferência para acesso a portos, aeroportos e rodoviárias. De acordo com o parecer da Ordem, a prioridade em serviços de transporte e comunicação é “uma ofensa ao princípio da igualdade”.

CONTINUA

13 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Atuação do CNJ

A nova Loman também traz novidades em relação à atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Um dos pontos é o direito de um juiz “não ser interrogado em processo disciplinar ou criminal, a não ser por magistrado de instância igual ou superior, ainda que integrante ou designado pelo Conselho Nacional de Justiça”.

O CNJ, porém, é formado por conselheiros magistrados e operadores do Direito, como membros do Ministério Público e advogados. “Com o devido respeito, uma vez designado, na forma da lei, um cidadão, membro do MP ou advogado como membro do CNJ, ele está investido dos mesmos poderes e atribuições que um membro do Conselho oriundo da magistratura”, diz o parecer da OAB.

Para Telles, “há uma tentativa de praticamente aniquilar a atuação do CNJ em relação à magistratura”.

Finalização

O texto final da proposta da nova Loman ainda precisa ser discutido no STF para, só então, ser enviado para votação no Congresso Nacional, onde ainda poderá sofrer alterações. “Se o Supremo insistir com esse anteprojeto, vamos encaminhar nossas conclusões para todos os nossos deputados”, afirma Breda.

13 JUN 2015

GAZETA DO POVO



Fachin conversou pela primeira vez com a imprensa local após ter a indicação para o STF aprovada.

“O juiz não pode tomar o lugar do legislador”, afirma Fachin

| Joana Neitsch

Em sua primeira entrevista após a sabatina que aprovou a indicação para o Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro ainda não empossado Luiz Edson Fachin afirmou que é preciso levar à sociedade o debate sobre o papel que o Judiciário deve exercer hoje e como deve se portar diante da inércia legislativa. “O juiz não pode tomar o lugar do legislador”, ressaltou.

Fachin recebeu jornalistas paranaenses para uma conversa na manhã desta sexta-feira (12), na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A assessoria do jurista advertiu que não se tratava de uma coletiva, pois a recomendação é que ele não conceda entrevistas até a posse, marcada para 16 de junho.

Fachin fez um breve pro-

nunciamento e depois pediu que as câmeras fossem desligadas para que a conversa seguisse de maneira informal.

Apesar da solicitação da assessoria para que questões relativas ao STF não fossem abordadas, ele foi questionado sobre a atuação do Judiciário. O professor, como prefere ser chamado até a posse, falou apenas em tese. Disse que o protagonismo do Judiciário vem como efeito de um crescimento do acesso a direitos, que se intensificou desde a promulgação da Constituição.

Sobre a atuação do Judiciário em casos que envolvem investigação criminal, sem citar nenhum caso específico, Fachin disse que “delação não é prova, é indício” e apontou como um grande desafio manter os direitos de presunção de inocência dos acusa-

dos. “É preciso ir além da aparência para encontrar a essência”, explicou.

Em relação a questões políticas, disse que ingressa na Corte sem qualquer preocupação com quem quer que seja. “Minha alma está muito leve”, afirmou.

Sabatina

Fachin contou que a sabatina a que foi submetido no Senado durou bem mais de 12 horas. Começou, segundo ele, durante as visitas aos gabinetes dos senadores. Foram 81 gabinetes e 78 senadores visitados. Em muitos casos, o jurista tinha pouca oportunidade de falar sobre seu currículo. Houve situações em que foi recebido com perguntas bem diretas do tipo: “Qual a sua opinião sobre a redução da maioria penal?”.

Um aprendizado, segundo ele. “Toda conclusão a que se chega sobre questões cruciais, requer diálogo. O consenso se constrói a partir do dissenso. É preciso ter espinha democrática.”

Rotina

O novo ministro do STF contou que teve de rever a agenda, remarcando ou cancelando compromissos que caíam nas terças, quartas e quintas-feiras, dias em que há sessão no Supremo — ele pretende estar em todas. “Não posso incidir na crítica que fiz”, disse ele, que pretende ser discreto durante o período que estiver no cargo. “O juiz fala no processo”, afirmou.

Por fim, se disse honrado com a união do estado em torno da aprovação de sua indicação. “Temos que manter essa união acesa. O Paraná não pode se desmobilizar”, ressaltou. “Precisamos acabar com o mito de que os paranaenses não formam uma comunidade de interesses que se conectam”, acrescentou.

13 JUN 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

Longe de holofotes 1

Prestes a assumir o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Edson Fachin mantém os hábitos simples e o comportamento discreto que marcaram toda a sua carreira. Ao receber jornalistas para um bate-papo ontem de manhã, na UFPR, Fachin mostrou sua habitual simpatia, mas deixou claro que não gosta do excesso de exposição. "O juiz fala no processo", disse.

Longe de holofotes 2

Pouco antes da reunião com a imprensa, o futuro ministro esteve no gabinete do reitor da UFPR, Zaki Akel Sobrinho, também com o vice-reitor, Rogério Andrade Mulinari, quando anunciou que continuará atuando como professor da pós-graduação dos cursos de mestrado e doutorado em Direito da instituição.



Os encontros de ontem foram um agradecimento de Fachin à reitoria e à comunidade acadêmica da UFPR, e também aos jornalistas e paranaenses que apoiaram sua indicação para o STF.

Longe de holofotes 3

Com a posse marcada para a próxima terça-feira, em Brasília, Fachin se prepara para uma rotina de muito trabalho. Ele leva para seu gabinete no STF uma equipe de total confiança, inclusive a chefe de gabinete. Fachin disse que vai manter os laços com Curitiba e o Paraná, e desejou que no futuro outros paranaenses assumam cargos no Supremo. "O Paraná tem condições para isso", observou.

13 JUN 2015

GAZETA DO POVO

» BATALHA DO CENTRO CÍVICO

Houve violação de direitos no 29 de Abril, diz ministro

Catarina Scortecchi

Em Curitiba para conduzir uma audiência pública sobre a repressão da Polícia Militar à manifestação dos professores em 29 de abril último, o ministro Pepe Vargas disse na sexta-feira (12) que a violação aos direitos humanos no episódio “é evidente”. “É óbvio, evidente, quando a gente analisa aquelas imagens, que houve o uso desmedido da força, desnecessária. E não foi adotado o princípio de mediação de conflitos, desejável em manifestações públicas. Consequentemente, houve violação de direitos humanos neste episódio”, declarou Vargas antes da realização da audiência pública. “Fazia muitos e muitos anos que eu, particularmente, não assistia uma repressão tão violenta a um movimento social”, acrescentou.

Além de comandar a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o ministro petista também está à frente do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), que organizou a audiência pública em Curitiba, atendendo a um pedido do Comitê de Direitos Humanos 29 de Abril, formado por cerca de 20 entidades no dia seguinte ao episódio. A partir do resultado da audiência pública, os 22 titulares do CNDH se reúnem para deliberar quais providências podem ser tomadas. “Tem um repertório grande de possibilidades que o CNDH pode adotar diante de

qualquer caso de violação de direitos humanos, mas seria precipitado dizer agora qual é a decisão que vamos adotar”, resumiu Vargas.

A próxima reunião do CNDH, quando alguma deliberação será tomada sobre o episódio do Centro Cívico, está marcada para 23 de julho. O órgão é formado por 11 representantes do poder público e 11 membros da sociedade civil. Desde o fim de 2014, quando ele foi criado, em substituição ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, havia um comando provisório. Na manhã de sexta-feira (12), Pepe Vargas foi confirmado no cargo de presidente do novo conselho, com um mandato de dois anos. Entre as bandeiras do órgão está a crítica pública à PEC 171, que reduz a maioria penal.

A audiência pública, realizada no prédio central da Universidade Federal do Paraná, durou cerca de 3 horas e teve relatos emocionados de vítimas da ação da PM naquele dia, quando manifestantes protestavam contra o projeto de lei do governo do estado que modificava o fundo de previdência dos servidores.

13 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Itália suspende, de novo, extradição de Pizzolato

Ex-diretor do Banco do Brasil seguirá na Europa até que o Conselho de Estado possa analisar o pedido de recurso apresentado pela defesa nesta sexta

O Ministério da Justiça italiano suspendeu temporariamente a extradição de Henrique Pizzolato ao Brasil até que o juiz do Conselho de Estado possa analisar o pedido de recurso apresentado na manhã desta sexta-feira (12) pelos advogados de defesa de Pizzolato. Segundo uma fonte da cooperação internacional do Ministério da Justiça italiano, essa é uma praxe adotada pelo governo.

Segundo a fonte, com a extradição marcada para o dia 15, não haveria tempo legal para que o juiz analisasse o pedido. Assim a extradição foi suspensa temporariamente até que o juiz tome uma decisão sobre o caso.

O ex-diretor do Banco do Brasil foi condenado no processo do mensalão a 12 anos e 7 meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro. Ele fugiu para a Itália com os documentos falsos do irmão morto em 1978. Acabou sendo preso em Maranello, em fevereiro de 2014.

Recurso

Depositado em caráter de urgência, o recurso será analisado pelo juiz de turno, que pode acolher ou não o pedido. Em casos urgentes, a resposta pode ser dada até mesmo aos sábados pelo juiz de plantão.

Os advogados de Pizzolato correram contra o tempo porque o governo brasileiro já acenou que o buscaria na segunda-feira (15), primeiro dia do prazo estipulado para a extradição antes da decisão liminar desta sexta.

Segundo Vladimir Aras, secretário de Cooperação Internacional da Procuradoria-Geral da República, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, já articulou com o Ministério da Justiça para que a Polícia Federal vá buscar Pizzolato "no primeiro minuto do primeiro dia de prazo".

Na semana passada, o Tribunal Administrativo Regional do Lazio não acolheu o recurso apresentado pela defesa e autorizou sua extradição. Com isso, o governo brasileiro teria 20 dias para providenciar o retorno de Pizzolato, prazo que agora foi suspenso temporariamente.

13 JUN 2015

GAZETA DO POVO

MPF pede condenação de executivos da Mendes Júnior

O Ministério Público Federal (MPF) pediu a condenação da cúpula da empreiteira Mendes Júnior por organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção passiva no esquema de corrupção da Petrobras. Nas alegações finais, apresentadas à Justiça Federal nesta sexta-feira (12), os procuradores da força tarefa da Operação Lava Jato pedem ainda o ressarcimento de R\$ 30,3 milhões desviados de contratos e aditivos assinados pela empresa com a estatal e o pagamento de uma multa mínima de R\$ 207,2 milhões. É o terceiro pedido de condenação feito pelos procuradores a executivos ligados a empreiteiras. Antes, o MPF já havia apresentado as alegações finais nas ações envolvendo pessoas ligadas às construtoras Camargo Corrêa e OAS. As defesas dos acusados têm até o dia 26 de junho para apresentar as alegações finais. Só depois disso, o juiz federal Sérgio Moro vai analisar a situação de cada um dos réus.

CORREÇÃO

Ao contrário do que a **Gazeta do Povo** divulgou nesta sexta-feira (12), a grafia correta de um dos três servidores da Receita Estadual que foram citados pelo Gaeco, mas não denunciados à Justiça, é Cleto Tamanini, e não Cleto Tomazini. Os outros dois são Luiz Fernandes de Paula e Cícero Antônio Eich. Os três foram citados nominalmente pelo Gaeco, braço policial do Ministério Público, na denúncia remetida à Justiça que apura corrupção Receita Estadual. Eles, porém, não foram denunciados.

GAZETA DO POVO

ALBERTO DINES
O "cala a boca já
morreu"...

13 JUN 2015

“**Q**uem manda aqui sou eu.” A ministra-relatora Carmen Lúcia não precisou completar o velho refrão popular na histórica decisão da última quarta-feira que sepultou as mordanças e liberou a publicação de biografias não autorizadas.

A ministra dispensou o complemento porque a proclamação não é dela, é da suprema corte (a decisão foi unânime), inspirada na Constituição e nos princípios que regem o Estado Democrático de Direito.

Resposta solene, altiva, firme e endereçada aos acabrunhados pelos espetáculos oferecidos em outro canto da Praça dos Três Poderes em Brasília. Naquela mesma tarde, a bancada evangélica da Câmara dos Deputados com o discreto apoio católico interrompeu a carnavalesca discussão sobre a reforma política para celebrar um culto religioso em plenário diante do presidente da Casa, Eduardo Cunha, em protesto pelas profanações que teriam sido cometidas durante a Parada Gay no domingo anterior.

Cena inédita nos anais de uma república que se considera laica, só foi contestada pelo deputado Roberto Freire (PPS-SP). No dia seguinte, o pastor-milionário Silas Malafaia saiu-se com o estapafúrdio raciocínio de que “o estado pode ser laico mas o povo não é laico”.

É possível que alguns magistrados que sepultaram a censura prévia no plenário do STF não endossem todas as premissas libertárias de seus colegas. Porém, ao perceber que votavam uma cláusula pétrea da Constituição, não havia como escapar de um voto cabal e severo. O caráter histórico da sessão do STF tem muito a ver com o teor da deliberação, mas também com o seu aspecto formal — manifestação categórica, inquestionável, inequívoca

— assumida num momento em que as instituições parecem assentes em geleia e as lideranças políticas exibem-se exangues e desossadas.

A votação da reforma política engendrada e capitaneada pelo sumo-sacerdote Eduardo Cunha está produzindo um monstro desprovido de qualquer inteligência e lógica, incapaz de gerir um Estado moderno e servir a uma sociedade que já consegue enxergar suas mazelas, mas ainda incapaz de livrar-se delas.

A triunfante proclamação “o cala boca já morreu” proferida no plenário do STF foi gerada pela paranoia de um cantor-compositor, visivelmente defasado, instrumentado por uma agente e promotora de eventos que conseguiu arregimentar outras estrelas da música popular sob a pueril alegação de que os biógrafos que rem apenas cevar-se na fama das celebridades e abiscoitar parte de suas fortunas.

A precariedade desta argumentação e a pobreza do elenco original conseguiram armar um dos mais acirrados debates sobre a liberdade de expressão dos últimos tempos. Este primarismo justifica o recurso retórico da ministra Carmen Lúcia ao utilizar um popularíssimo refrão — que em outras circunstâncias poderia parecer impróprio e demagógico — para encerrar a impertinente e infeliz pendência deflagrada pelo “rei” Roberto Carlos para satisfazer a sua onipotência. Assunto encerrado.

Alberto Dines é jornalista.

14 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Novo benefício a juízes pode produzir efeito-cascata e gastos em todo o país

Magistrados federais receberão adicional de um terço do salário por acúmulo de função, que poderá ser pleiteado pela Justiça estadual

Katna Baran

Os magistrados da Justiça Federal de todos o país devem começar a receber, ainda neste mês, um novo benefício: a gratificação por acúmulo de função. O valor corresponde a um terço do salário dos magistrados, que varia entre R\$ 27,5 mil e R\$ 30,4 mil. A resolução, publicada pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em abril, trata de uma lei de janeiro, que liberou o benefício.

Com a regulamentação, retroativa a janeiro, cada Tribunal Regional Federal (TRF) está fazendo o levantamento de quantos juízes e desembargadores exerceram acúmulo de função por mês. Só no TRF da 4.ª Região (que abrange Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), 329 dos 401 magistrados receberão a gra-

tificação referente a abril — primeiro mês em que o cálculo foi fechado.

Em valores brutos, em apenas um mês, a estimativa de gastos adicionais no TRF4 é de R\$ 1.578.154,79, conforme informou a assessoria do órgão. Mantendo a mesma média, o valor pode chegar a R\$ 19 milhões anuais, desconsiderando o pagamento para magistrados dos outros quatro TRFs do país (no total, segundo dados de 2013, são aproximadamente 1,5 mil).

Segundo a assessoria de TRF4, a medida buscou a equiparação da carreira jurídica dos magistrados federais com os integrantes do Ministério Público Federal (MPF), que já recebem a gratificação desde 2014. Ainda de acordo com o órgão, não há previsão para início de pagamento, mas a programação financeira já está sendo enviada ao CJF.

O novo benefício pode vir a ser estendido aos demais magistrados do país, gerando um efeito-cascata nos estados. Isso porque juízes e integrantes dos Ministérios Públicos (MPs) têm isonomia legal:

a vantagem concedida a um grupo pode ser pleiteada pelos demais.

Regras

A resolução do CJF determina que pode receber a gratificação por acúmulo de função o magistrado que exercer atividade em mais de um juízo por período superior a três dias úteis. O acúmulo pode se dar pelo tempo máximo de 15 dias no caso de juízes e dez dias para desembargadores.

A regulamentação também prevê a gratificação no caso de redistribuição de processos, que ocorrerá quando o magistrado acumular mais de mil ações, havendo nova divisão toda vez que o volume de processos exceder múltiplos de mil. Assim, os magistrados que acumularem ações que não são originalmente de sua responsabilidade receberão o benefício.

CONTINUA

14 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Como a gratificação será incorporada ao salário dos magistrados, o valor final da remuneração não poderá ultrapassar o teto constitucional de R\$ 33,8 mil. Porém, a resolução determina que, se o salário exceder o teto, os dias de acúmulo correspondentes ao excesso serão convertidos em “dias de compensação, na proporção de três para um”, limitados a 15 dias por ano.

A reportagem tentou contato com o Conselho da Justiça Federal e a Associação dos Juizes Federais (Ajufe) para obter dados nacionais sobre o acúmulo de função dos magistrados e o impacto do novo benefício para os cofres públicos, mas não obteve retorno das assessorias.

» OPERAÇÃO PUBLICANO

Soma de erros leva corrupção na Receita a durar 30 anos. Mas dá para mudar

Cultura permissiva e falta de controle, transparência e vontade política explicam porque esquema passou por todas as gestões desde 1985

| Amanda Audi

▮ O que leva um esquema de corrupção em um órgão público a perdurar por mais de 30 anos, ultrapassar todos os governos do período e ainda estar longe de uma solução definitiva? Para especialistas ouvidos pela reportagem da *Gazeta do Povo*, as respostas seriam: falta de controle, falta de transparência, pouca vontade política para mudar e predominância da cultura da corrupção na sociedade. Mas todos concordam que não se acaba com a corrupção de uma hora para outra, e o trabalho para minimizar os efeitos deve ser longo.

A deflagração da segunda fase da Operação Publicano, na última quarta-feira (10), evidenciou ainda mais o que o Gaeco, braço policial do Ministério Público, chamou de “sofisticada organização criminosa” que funcionaria na Receita Estadual do Paraná,

junto com empresários e contadores, pelo menos desde 1985. Ao todo, 50 pessoas foram presas, a maioria auditores da Receita.

Na avaliação de especialistas, houve um somatório de erros de todos os lados. Tanto a administração pública quanto a iniciativa privada teriam se furtado de comunicar irregularidades aos órgãos de investigação. Também teriam pecado pela ausência de informações abertas para permitir o controle pela sociedade e pelos órgãos competentes — como os conselhos de administração e contabilidade e os sindicatos.

Além disso, haveria falta de clareza sobre as progressões na carreira dentro da Receita e as indicações políticas para os cargos de chefia. Na denúncia enviada à Justiça, o Gaeco apontou que o responsável por indicar diretores na Receita seria Luiz Abi Antoun, primo distante do governador Beto Richa (PSDB) e apontado como “chefe político” do esquema.

Por fim, a cultura da corrupção e da impunidade seria uma característica ainda muito forte na sociedade brasileira. Assim, empresários e fiscais não se importariam em “dar um jeitinho” para pagar menos impostos e burlar o sistema. “É um vício que

foi se repetindo ao longo do tempo”, diz Fernanda Bourges, advogada e professora de Direito Administrativo da Fesp.

O primeiro passo para resolver o problema, na avaliação de Denis Alcides Rezende, pós-doutor em administração pública, seria relativamente simples: mudar o sistema operacional usado pelos auditores para computar o recolhimento de impostos. Para ele, o sistema teria de funcionar à exemplo dos utilizados em bancos privados, que tornam praticamente impossível para os funcionários desviarem dinheiro ou camuflarem operações. “A Celepar [órgão de processamento de dados do governo estadual] tem competência para desenvolver este software, mas ela só vai fazer isso se o governo mandar”, diz.

Outra alternativa que poderia ser adotada de imediato seria melhorar o sistema de denúncias de irregularidades relacionadas ao fisco. Para ser efetivo, o modelo deve garantir segurança aos denunciadores e também que haja investigação efetiva.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

14 JUN 2015

“Não vale só permitir o envio de denúncia pela corregedoria se isso não está sendo efetivo. O mecanismo tem que ser útil, funcional. Tem que dar segurança a quem denuncia, tem que investigar e depois dar um retorno ao denunciante”, ressalta Luciano Reis, presidente da comissão de gestão pública da Ordem dos Advogados no Paraná (OAB-PR).

SOLUÇÕES

Medidas que podem ser adotadas para estancar a corrupção na Receita:

- 1** Ampliar os sistemas de softwares integrados de uso dos auditores. Tomar como inspiração os sistemas utilizados em bancos privados e em países desenvolvidos, que “acusam” quando uma empresa não pagou o que deve em impostos ou quando o auditor registra uma informação errada.
- 2** Aplicar a Lei Anticorrupção, que prevê punições para empresas corruptoras. Se uma empresa for pega subornando um fiscal, por exemplo, pode levar uma multa de até 20% do seu faturamento.
- 3** Maior participação da sociedade por meio de representantes. Do mesmo jeito que o Conselho Regional de Medicina toma providências quando um médico erra, os conselhos de administração e contabilidade e sindicatos também poderiam fiscalizar e punir profissionais corruptos.

4 Aumentar a transparência. Informações públicas da Receita devem ter visibilidade e acesso fácil para a população.

5 Instigar o envio de denúncias pela população ou empresários que tenham testemunhado malfeitos. Garantir segurança aos denunciantes. Criar um canal específico para garantir a eficácia das denúncias.

6 Repensar a estrutura da Receita. Trazer mais transparência para promoções e preenchimento de cargos de chefia. Evitar indicações políticas para essas funções. Dar publicidade aos atos dos diretores das regionais.

7 Garantir investigações de denúncias de irregularidades pelo Ministério Público e o Tribunal de Contas. Ou seja, permitir mais controle das atividades da Receita pelos órgãos de fiscalização.

ENTENDA O CASO

Cúpula do Fisco Estadual na gestão Richa está presa

Segundo as investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) que desembocaram na prisão de 50 pessoas na semana que passou, um grupo de auditores, contadores e empresários facilitava a sonegação de impostos mediante pagamentos de propina. O esquema ocorreria na Receita Estadual do Paraná desde 1985 e teria sido mantido em todos os governos desde então.

O Gaeco estima que o esquema movimentou R\$ 38,4 milhões em propina apenas em 2014, e considerando somente três delegacias da Receita (Curitiba, Londrina e Maringá). A mesma situação seria replicada em outras 15 cidades do estado. Entre as pessoas que tiveram mandado de prisão decretado aparecem diretores, coordenadores e inspetores. Muitos deles faziam parte da cúpula do Fisco Estadual durante a primeira gestão do governador Beto Richa (PSDB). Luiz Abi Antoun, parente de Richa, se entregou na quinta-feira (11). Ele é apontado pelo Gaeco como “eminência parada” do governo estadual e “chefe político” do esquema. O governador nega irregularidades e diz que o governo estadual é “o maior interessado” no andamento da apuração. (AA)

CONTINUA

14 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Depoimento de Luiz Abi é o mais esperado

Fábio Silveira,
do jornal de Londrina

O depoimento do empresário Luiz Abi Antoun, que se apresentou na noite de quinta-feira (11) ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), é o mais esperado da segunda fase da Operação Publicano. As investigações mostram que auditores fiscais da Receita e contadores teriam formado uma "organização criminosa" para facilitar a sonegação mediante o pagamento de propina.

Parente distante do governador Beto Richa (PSDB), Luiz Abi seria o cabeça do esquema na Receita. Em março, quando foi preso em outra investigação, ele permaneceu em silêncio no depoimento. À época, ele havia sido preso pela Operação Voltemort, que apura suposta fraude em licitação do Departamento de Transportes, órgão da Secretaria Estadual de Administração e Previdência (Seap).

O empresário chegou a ser considerado foragido na segunda fase da Operação Publicano, mas se apresentou na noite de quinta-feira, véspera de feriado em Londrina. Ele era esperado pelo delegado Alan Flore e pelo promotor Jorge Costa, coordenador do Gaeco. Segundo o promotor, Luiz Abi alegou que estava em São Paulo e que iria se apresentar na tarde de quinta-feira, mas não conseguiu. Na mesma tarde, o advogado dele, Antonio Carlos Coelho Mendes, procurou o juiz da Vara de Execuções Penais, Katsujo Naka-

domari, para saber onde Luiz Abi ficaria preso caso se entregasse.

Luiz Abi foi instalado em uma cela individual da Penitenciária Estadual de Londrina I e vai ficar isolado até ser chamado a depor. Ele não recebeu visitas na sexta-feira (12) e no sábado (13), o que só será possível a partir desta semana.

"Eminência parda"

Considerado "eminência parda" no governo Richa, Luiz Abi teria influência direta na escolha de nomes para o comando da Receita Estadual, conforme declaração do auditor Luiz Antônio Souza, em acordo de delação premiada firmado com o Gaeco em maio. De acordo com as investigações, ocupar cargos de chefia era importante para o grupo de auditores manter o esquema de corrupção.

Ainda segundo Souza, com o conhecimento de Abi, auditores fiscais teriam recolhido propina junto a empresários que tinham dívidas com o Fisco para a campanha de Richa à reeleição. O auditor afirma que o esquema teria alimentado a campanha do tucano com R\$ 4,3 milhões obtidos dessa forma. Segundo o delator, o dinheiro seria entregue ao ex-inspetor-geral de fiscalização da Receita Estadual, Márcio de Albuquerque Lima, que faria o repasse a Abi.

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO 14 JUN 2015

A arte de cuspir doce

Houve tempo em que as desgraças que se abatiam sobre o Paraná eram de responsabilidade alheia. Se as finanças iam mal, isto se devia à perseguição política da União, que se recusava a liberar empréstimos. Se greves e manifestações pipocavam, a resposta era a mesma. Até imaginários black blocs foram apontados como os elementos que provocaram a batalha sangrenta de 29 de abril.

Outras desgraças apareceram: primos, amigos próximos, gente de confiança, co-pilotos e companheiros de viagem meteram-se em confusões de tal porte que, dia sim outro também, levam o governo do Paraná a frequentar espaços negativos do Jornal Nacional e na grande mídia impressa do país. Já não dá para culpar terceiros — os protagonistas dos últimos acontecimentos são “gente da casa”, com liberdade para entrar nas cozinhas sem pedir licença.

O último amigo a aparecer nas páginas — embora envolvido em fatos não relacionados com a administração estadual — foi o empresário Luiz de Carvalho, ex-secretário da Copa nas gestões dos prefeitos Beto Richa e Luciano Ducci. Ele foi preso pela Polícia Federal e levado a São Paulo para explicar sua atuação num esquema transnacional de lavagem.

Claro que isso tudo aborrece o governador, cuja defesa se concentra em afirmar que a corrupção da Receita é endêmica e que não é obra só do seu governo. Pelo contrário, tem procurado combatê-la e se mostra disposto a colaborar com as investigações e a punir tantos quantos forem pilhados cometendo malfeitos.

Inconsolável, Richa busca forças superiores para resistir à tormenta. Dia destes, por exemplo, recebeu o novo arcebispo de Curitiba, dom Antonio Peruzzo, levado ao seu gabinete acolitado pelos padres José Aparecido, capelão do Palácio, e Reginaldo Manzotti, celebrante oficial de missas campais no Centro Cívico.

Após ouvir os lamentos do governador, dom Peruzzo, sacerdote acostumado a socorrer os aflitos, deu-lhe um simples e sábio conselho: “O senhor precisa aprender a engolir azedo e cuspir doce!”

14 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

QUIAIAVI 177

Reintegra 1

A diretoria da Copel se reúne nesta terça-feira (16) e pode tomar polêmica decisão sobre um dos itens da pauta: a reintegração do ex-empregado Antonio Cezar Bordin aos quadros da estatal, demitido por justa causa em 2003, acusado de facilitar a compra fraudulenta de créditos tributários da massa falida da Olivepar. O negócio deu prejuízo de R\$ 39 milhões à companhia. Já muito atuante no ramo, o doleiro Alberto Youssef estava metido no negócio.

Reintegra 2

A demissão foi julgada em todas as instâncias da Justiça trabalhista e em todas o ex-funcionário foi derrotado. Mas eis que, em 28 de maio último, o Tribunal do Trabalho recebeu importante comunicação: as duas partes, isto é, Bordin e a Copel, estavam negociando amigavelmente a reintegração e “demais itens” decorrentes.

Reintegra 3

Diante do aventado acordo, o julgamento final foi adiado para depois da reunião da diretoria. Sobrou uma curiosidade: o que quer dizer “demais itens”? Seria, por exemplo, o pagamento de atrasados desde a demissão ocorrida há 12 anos? Ah! sim! Ao mesmo tempo em que cogita readmitir Bordin, a Copel tenta recuperar o prejuízo causado à empresa pelo ex-funcionário. Para isso entrou com ação contra o estado, conforme se vê na Apelação Cível 770.373-3, em que Bordin é citado.

Consultores 1

Está com o juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública a responsabilidade de decidir se a Sanepar deve ou não extinguir os 30 cargos comissionados de “consultor estratégico” que criou em maio de 2011. Eles chegam a render aos seus ocupantes salários de até R\$ 20 mil mensais, embora não tenham função definida a exercer. Em sua maioria, os nomeados são amigos que ajudaram na campanha de 2010 ou políticos paroquiais que ficaram à deriva depois eleições de 2012 e 2014.

Consultores 2

A ação que pede a extinção dos cargos foi impetrada pelo Ministério Público após representação do Sindicato dos Engenheiros do Paraná. O MP seguiu o argumento de que a Sanepar cometeu ilegalidade, pois, no seu entendimento, cargos comissionados só podem ser criados, mesmo em estatais, após a aprovação de lei neste sentido.

Isonomia

Desembargadores e juizes aposentados conseguiram decisões judiciais que os livram de contribuir à Parana Previdência. Já a Associação dos Servidores do TJ não teve a mesma sorte: seu pedido foi negado. Estão na fila, com ações já protocoladas requerendo a isenção, delegados de polícia e procuradores. Todos perguntam: o princípio da isonomia ainda existe?

14 JUN 2015

GAZETA DO POVO

ENTRELINHAS

Entidades se posicionam contra a redução da maioridade penal

A promessa do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de votar até o dia 30 de junho a proposta que altera a maioridade penal para 16 anos botou lenha na fogueira do assunto. No Paraná, o Observatório das Juventudes, da PUCPR, a União Marista do Brasil, e a Rede Marista de Solidariedade, do Grupo Marista, lançam nesta semana a publicação *Redução da Maioridade Penal: por que somos contra!*. A ação é liderada pelo Observatório, vinculado ao Instituto Ciência e Fé. A cartilha, disponibilizada gratuitamente na internet, traz os argumentos contrários à redução, além de entrevistas com especialistas da área. Dentre eles, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e a presidente da comissão de Advocacia Criminal da OAB/PR, Priscilla Placha. O *download* pode ser feito no site <http://cienciaefe.pucpr.br/publicacoes/>.

Vítimas

Oito pontos constam no caderno contrário à redução. Dentre eles, a noção de que "adolescentes e jovens são as maiores vítimas da violência, e não seus maiores causadores", e de que esses jovens precisam de "oportunidades para que possam empreender seu futuro". Outros pontos trazem o lado cristão das entidades à tona. Como os ideias do frei Marcelino Champagnat, e a crença em adolescentes e jovens "como 'realidade teológica', a expressão alegre e criativa do rosto de Deus".

14 JUN 2015

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Maioridade penal 1

A redução de 18 para 16 anos da maioridade penal é algo difícil de analisar. Por que não se fala em 15 anos ou menos? Caso a inimputabilidade diminua para 16 anos, teremos penitenciárias especiais para essa faixa etária ou vamos misturar adultos com adolescentes? O Judiciário vai colocar jovens de 16 a 18 anos em presídios superlotados e em péssimas condições de acolhimento? Não se resolve problemas conjunturais com soluções paliativas e simplórias, e que são de difíceis consequências. Somente reduzir a idade penal não vai adiantar.

Paulo Roberto Girão Lessa, Fortaleza – CE

Maioridade penal 2

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com 25 anos já está obsoleto e ultrapassado. Enquanto os políticos, sociólogos, juristas e outros discutem o assunto, o adolescente “desprotegido e desamparado” continua cometendo crimes e está impune. A correção social e educacional é injusta quando se trata de ações que tenham causado a morte da vítima, agressões com lesões graves, invasões de domicílios e outros. O primeiro passo é criar leis que responsabilizem o adolescente em conflito com a lei e seus responsáveis. Deixá-los livres – como vem acontecendo – é irresponsabilidade social e desobediência ao bom senso.

Luiz Cezar Vellozo

Maioridade penal 3

A redução da maioridade penal é apontada por uma bancada de deputados federais como a solução para punir os jovens que praticaram algum tipo de crime. Mas esses parlamentares não analisam a realidade, ou seja, o percentual de adolescentes ainda é pequeno se comparados aos demais criminosos. Por que não é avaliada a importância da criação de programas de educação e mesmo de trabalho para esses jovens? É preciso buscar alternativas, evitando que eles sejam cooptados para o crime. Não se pode pensar apenas em medidas repressivas.

Uriel Villas Boas, Santos – SP

Maioridade penal 4

Na discussão sobre a redução da maioridade penal, ninguém está efetivamente preocupado com os jovens em conflito com a lei e muito menos com as vítimas da sociedade brasileira. Há quarenta anos nada é feito para mudar o quadro da crescente criminalidade no país. Muitos adolescentes não estudam, não trabalham e servem aos interesses do tráfico de drogas e do crime organizado. Criminosos usam os jovens como escudo. Nada foi feito, nada está sendo feito e, ao que parece, pelo menos nos próximos 40 anos nada mudará. Assim é o Brasil, o paraíso da impunidade.

Rafael Moia Filho, Bauru - SP

14 JUN 2015

GAZETA DO POVO



IAP lança prêmio para monografias jurídicas

O Instituto dos Advogados do Paraná (IAP) lançou no último dia 10 a 3ª edição do Prêmio Francisco Cunha Pereira Filho,

que vai selecionar uma monografia jurídica inédita sobre "Manifestações Populares e o Regime Democrático". O lançamento ocorreu durante a comemoração dos 98 anos do instituto. O presidente do IAP, **José Lúcio Giomb (foto)**, disse que o objetivo do prêmio é a difusão cultural, a defesa da liberdade de expressão e da democracia. O presidente executivo do Grpcom, Guilherme Dö-

ring Cunha Pereira, ressaltou que em um momento em que ganham força as manifestações populares e, ao mesmo tempo, crescem as demonstrações de intolerância, "urge promover o estudo sério, a reflexão responsável, a exposição talentosa e serena das ideias em torno da liberdade de expressão". As inscrições para o prêmio começam em novembro e o vencedor receberá R\$ 50 mil.

15 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Novo sistema aproxima futuros pais e crianças a espera de um lar

Novo cadastro vai tornar a adoção mais ágil

▮ Mudanças feitas no Cadastro Nacional de Adoção no mês de maio prometem dar mais agilidade no cruzamento de dados em todo o território brasileiro, facilitando que famílias que estão na fila encontrem crianças dentro do perfil que desejam. Fila de pretendentes é seis vezes maior do que a de crianças e adolescentes para adoção.

Em vigor desde maio, novo Cadastro de Adoção promete mais agilidade para cruzar dados. Fila de pretendentes é seis vezes maior do que a de crianças e adolescentes

Raphael Marchiori

▮ Em 2011, Aristeia Moraes Rau e seu marido foram ao Rio de Janeiro adotar um casal de irmãos após passarem anos na fila da adoção em Curitiba.

A possibilidade na capital fluminense se abriu após indicação de uma amiga. O contato com a Vara da Infância e Juventude foi por e-mail. Tudo isso poderia ter sido facilitado se o Cadastro Nacional de Adoção, criado em 2008, integrasse de fato a fila da adoção no país. Mas esse sistema mudou no mês passado. Com uma base de dados mais moderna, ele agora promete um cruzamento rápido de dados.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça, 33.445 pessoas no Brasil querem adotar e 5.516 crianças e adolescentes esperam a adoção — seis vezes mais pretendentes. No Paraná, a proporção é de 3.890 para 629.

A conta não fecha, principalmente, por causa dos perfis desejados: 78,51% dos pretendentes não aceitam adotar irmãos e 68,49% querem uma criança com 3 anos ou menos. Mas 77,34% dos que estão na fila para serem adotados têm irmãos e menos de 4% têm a faixa etária mais requisitada. Detalhe: ao se habilitarem, os futuros pais precisam definir alguns critérios, até como parte do exercício de reflexão sobre querer uma família.

“O meu perfil era muito amplo e nunca fui chamada aqui em Curitiba. Daí surgiu essa possibilidade no Rio. Fiz a

busca por conta. Tudo isso poderia ter sido mais fácil. O Mateus, por exemplo, tinha sete anos quando chegou no abrigo e foi adotado com 13”, conta Aristeia, que é fundadora do Movimento Nacional das Crianças Inadotáveis. Mesmo tendo adotado o casal, ela voltou para a fila. Pretende adotar uma menina portadora de HIV colocada para adoção com um mês de idade e que hoje tem 14 anos. “O ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente] é moderníssimo. Mas alguns fazem sua aplicação como bem entendem. Não adianta ter uma ferramenta moderna como essa [o novo Cadastro] se não exigirem que os juizados utilizem os cadastros da mesma forma”, critica

Aristeia. Ela tenta a guarda da menina desde 2010.

Para Ariel de Castro, advogado da ONG Aldeias Infantis, essas distorções podem ser resolvidas com o novo Cadastro. “Até então a busca ficava restrita à própria comarca ou no máximo dentro do estado. A promessa agora é de que toda vez que tiver uma criança com o perfil solicitado pelo pretendente, independentemente da região, o juiz receberá um alerta. Isso vai tornar o sistema mais ágil e eficaz.”

CONTINUA



Aristeia (ao centro) é fundadora do Movimento Nacional de Crianças Inadotáveis. Ela e o marido, Alberto, têm dois filhos adotados Matheus (17, jaqueta azul) e Daniele (14), e dois filhos biológicos Lucas (22, calvo) e André (17, camisa listrada).

Novo cadastro terá questionário enxuto e e-mail automático

▣ O novo sistema incorporado ao Cadastro Nacional de Adoção tem menos itens a serem respondidos e respeitará a ordem estabelecida na fila. Ao todo, segundo o CNJ, são 12 itens que devem ser respondidos tanto por pretendentes como pelas crianças e adolescentes — em processo que dura em torno de cinco minutos. Antes, eram 35 — em duas etapas. A alimentação desses dados continua com as varas da infância e juventude.

Além das opções de dados básicos, como sexo, o sistema conta também com a opção de marcar restrições vinculadas a doenças — sejam elas in-

“O cadastro ficou mais simples e ágil, propiciando o cruzamento automático das informações em diferentes comarcas. Mas a legislação de convivência familiar precisa avançar.”

Renato Scussel, presidente do Colégio de Coordenadores da Infância do Brasil.

curáveis, curáveis ou não detectáveis. A promessa é de que o juiz será avisado, por e-mail automático, se há pretendentes na fila da adoção para aquele perfil de criança ou adolescente que ele estiver preenchendo a ficha. O mesmo acontecerá se ele estiver preenchendo a ficha de um pretendente e encontrar uma criança ou adolescente com perfil compatível. (RM)

CONTINUAÇÃO

Um ponto incomum, porém, une as análises de quem trabalha com o tema. Mesmo que lentamente, já é possível perceber uma mudança nas exigências dos adotantes. De 2010 para cá, a porcentagem dos que aceitavam apenas brancos caiu de 38,7% para 26,4%. Entre os que desejam crianças com até dois anos, a queda foi de 10% nesse período.

15 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Cega angolana vence prêmio de organização internacional

Felippe Anibal

Desde cedo, a angolana Isabel Tchicoco Yambi, de 23 anos, foi forçada a superar a pobreza, as consequências da guerra civil e as limitações impostas pela cegueira. Após migrar para Curitiba em 2001, passou a cultivar o sonho de estudar. A história de dificuldades lhe rendeu a etapa nacional do prêmio "Viva o Seu Sonho", conferido pela *Soroptimist* — uma organização internacional destinada a amparar mulheres em situação de vulnerabilidade. Com isso, Isabel vai ganhar um valor em dinheiro, a ser investido unicamente em sua formação profissional. "Eu penso em fazer uma pós-graduação ou participar de congressos que complementem minha formação", diz ela, que cursa o 9.º período de Direito, na Uninter. "Eu dedico este prêmio a minha mãe, que enfrentou muitas dificuldades e não teve as oportunidades que estou tendo", completa. Ela ainda vai disputar uma etapa internacional do prêmio.

Isabel perdeu a visão aos 3 anos de idade, em decorrência do Sarampo. Na ocasião, morava com a mãe e dois irmãos em um casebre de Lubalgo, no sul de Angola. O pai morreu nos conflitos da guerra civil. A mãe, analfabeta, trabalhava como diarista, mas nem sempre havia quem a contratasse. Havia pouca comida e muita fome, lembra Isabel. "A gente comia uma vez por dia. Se almoçávamos, não tinha o jantar", conta.



Isabel Tchicoco Yambi, de 23 anos, está no 9º período de Direito e quer trabalhar.

"Apesar disso, minha mãe era uma guerreira, que dava seu melhor", ressalta.

Dedicada e de fala suave e pausada, Isabel se apaixonou pelo Direito. Está dividida entre o Direito Internacional — "Para ajudar pessoas que passaram pelo que eu passei, mudando de país" — e Direito de Família, neste caso, se especializaria em adoção. Além das aulas, passa as tardes estudando pelo computador, por meio de um programa que transpõe para áudio os arquivos em formato de texto.

"Ela é uma pessoa valiosa, muito correta e com um caráter muito bom. Ela chama a atenção pela postura ética que tem", definiu a professora Leomar Marchesini, que coordena um grupo de apoio a alunos com deficiência na Uninter.

Isabel divide um sobrado com um grupo de angolanos — todos cegos — que chegaram ao Brasil por meio da Fundação Eduardo Santos

(Fesa). Somente em abril deste ano o grupo conseguiu visto de permanência — que lhes permite trabalhar. Eles — que formam o grupo Cantores de Angola — procuram emprego e oportunidades para se apresentar. "Nós ainda estamos vivendo de doações", diz Isabel.

15 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Proposta de SP para precatório gera divergências no Supremo

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello e Luís Roberto Barroso divergiram na semana passada sobre o modelo da proposta discutida pelo governo e pela prefeitura de São Paulo com o Congresso para quitar os precatórios, dívidas decorrentes de decisões judiciais contrárias ao setor público.

Em março, o STF determinou que as gestões estaduais e municipais quitem até 2020 esses débitos. A saída costurada pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) e o prefeito Fernando Haddad (PT) prevê incluir na Constituição Federal permissão para a utilização de novas fontes. A principal delas é a autorização do uso de 30% dos depósitos judiciais não tributários.

Durante um julgamento na tarde da última quinta-feira (11) no STF, o modelo dessa proposta foi criticado pelo ministro Marco Aurélio, que considera a utilização desses recursos uma espécie de manobra.

Os recursos referem-se a quantias de disputas judiciais das quais o setor público não participa, depositadas em juízo, que ficam sob responsabilidade do Judiciário até a sentença final.

“É a babel. A segurança jurídica onde fica? O Estado tem que funcionar a partir do orçamento, não pode pretender pegar caronas, muito

menos em depósitos, cujos valores pertencem às partes envolvidas em um processo”, disse.

Já o ministro Roberto Barroso, no julgamento que estipulou prazo para a quitação dos precatórios, citou uma lei estadual, de 2013, que permitiu ao governo do Rio de Janeiro utilizar parcela dos depósitos judiciais que não envolvem o poder público para quitar os precatórios.

BESSA

Paraná mais forte em Brasília

O meio jurídico paranaense está mesmo em alta na esfera federal. No julgamento do STF sobre biografias não autorizadas, a relatora do caso, ministra Carmen Lúcia, justificou seu voto contrário à possibilidade de censura prévia citando trechos do livro do advogado paranaense Leonardo Agostini. O livro *A Intimidade e a Vida Privada - como Expressões de Liberdade Humana*, publicado em 2011, tem prefácio do jurista René Dotti, também do Paraná e referência nacional em direito. A obra faz parte do acervo da biblioteca do STF e foi consultada pela ministra para o embasamento de seu voto.



Leonardo Agostini é mestre em direito civil e constitucional pela UniBrasil, pós-graduado em direitos fundamentais pela mesma instituição, professor e sócio do Corrêa, Garcia & Agostini Advogados Associados, escritório fundado na década de 1960.

Criação da CPI da Receita esbarra em falta de apoio e “manobra”

Ainda que a oposição consiga as assinaturas, CPI para investigar o Fisco na Assembleia teria de entrar em fila de espera

| *Euclides Lucas Garcia*

¶ A prisão de dezenas de pessoas na semana passada por suposto envolvimento no milionário esquema de corrupção na Receita Estadual ressuscitou o debate, na Assembleia Legislativa do Paraná, em torno da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias. A bancada de oposição, porém, esbarra na dificuldade de coleta de assinaturas e na regra para o funcionamento simultâneo de CPIs na Casa. No melhor cenário, a apuração só sairia do papel no fim deste mês. No pior deles, apenas no fim de setembro.

Segundo o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público, o esquema na Receita pode ter movimentado R\$ 38,4 milhões somente em 2014, nas delegacias de Curitiba, Londrina e Maringá. Na última quarta-feira (10), foram presos todos os auditores fiscais que ocuparam o cargo de inspetor-geral de fiscalização na Receita durante o primeiro mandato do governador Beto Richa (PSDB). O Gaeco aponta

que o empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do tucano e “eminência parda” do governo do estado, era o “chefe político” do esquema. Ele seria o responsável por arrecadar dinheiro de propina para a campanha eleitoral de Richa — o PSDB nega.

Missão difícil

Com as novas prisões, a reduzida bancada de oposição, que conta com seis deputados, voltou a defender a instalação de uma CPI para apurar as denúncias na Receita. As dificuldades para atingir o objetivo, entretanto, começaram a partir do dia 10 de março, quando os oposicionistas iniciaram a coleta de assinaturas para poder propor a criação da comissão. Passados mais de três meses, só conseguiram nove assinaturas. Para ser protocolada, uma CPI precisa de no mínimo 18 apoios.

“É difícil. Todo mundo quer ser o 18.º a assinar, quando o jogo já estiver ganho. Dizem que estão junto com a gente, que vão assinar, que só estavam esperando passar a greve dos professores. Não sei se estão valorizando o passe ou enrolando mesmo”, lamenta o vice-líder da oposição, Requião Filho (PMDB). A esperança do peemedebista é que a recém-criada bancada “independente” apoie a ideia. Dos 14 parlamentares do grupo, 11 não assinaram o pedido de criação da CPI da Receita.

No entanto, ainda que a oposição consiga as assinaturas, a investigação teria de entrar numa fila de espera. As-

sim que os oposicionistas começaram a se articular para tirar a ideia do papel, em março, deputados aliados a Richa levaram menos de duas semanas para protocolar na Casa seis CPIs. De acordo com o regimento interno da Assembleia, somente cinco comissões podem funcionar simultaneamente. Ou seja, a da Receita seria a segunda da fila caso fosse apresentada agora.

Ainda assim, ela não começaria os trabalhos de imediato. Como o prazo para o funcionamento de CPIs pode se estender de três a seis meses, a de explosões de caixas eletrônicos e a da ocupação fundiária de Pontal do Paraná atuarão até o próximo dia 26 ou até 26 de setembro. Já as três que vêm na sequência aguardam há quase três meses a indicação de seus integrantes pelos partidos. A promessa da Assembleia é que isso ocorra nesta semana, e, só a partir da instalação formal de cada comissão, começaria a contar o prazo de funcionamento.

“Continuo acreditando muito no trabalho do Gaeco. CPI é mais para divertir, para dar mídia, discursos, debates”, defendeu o líder do governo, Luiz Claudio Romanelli (PMDB). Em março, ele afirmou que a apresentação de CPIs partiu da iniciativa própria de cada parlamentar, sem qualquer orientação dele ou do Palácio Iguazu.

CONTINUA

PROFUSÃO DE CPIS

Veja as CPIS já apresentadas neste ano na Assembleia e que pularam na frente de uma eventual investigação sobre a corrupção na Receita Estadual. Somente cinco comissões podem funcionar ao mesmo tempo na Casa.

JÁ INSTALADAS E EM FUNCIONAMENTO

Explosões de caixas eletrônicas (Felipe Francischini, SD)

Investiga atos criminosos em explosões de caixas eletrônicas e, também, a comercialização, transporte, manuseio e emprego de explosivos por empresas sediadas no Paraná.

Ocupação fundiária de Pontal do Paraná (Fernando Scanavaca, PDT)

Investiga possíveis irregularidades vinculadas a questões fundiárias e de ocupação em Pontal do Paraná.

AGUARDANDO INDICAÇÃO DOS INTEGRANTES DE CADA PARTIDO

Maus-tratos a animais (Mara Lima, PSDB)

Vai investigar maus-tratos e violência contra animais, criadouros clandestinos e venda irregular de animais.

Violência contra a mulher (Mara Lima, PSDB)

Vai investigar a ocorrência da violência contra a mulher no Paraná, para detectar os principais motivos, as formas de combate e auxílio às mulheres agredidas.

Cobrança ilegal de taxas de corretagem na construção civil

(Ricardo Arruda, PSC)

Vai investigar possíveis irregularidades de abuso de poder econômico praticado por construtoras, incorporadoras e imobiliárias na cobrança ilegal de taxas de corretagem, juros abusivos e atrasos injustificados aos compradores de imóveis no Paraná.

ESPERANDO NA FILA

Contrabando

(Bernardo Carli, PSDB)

Pretende apurar os prejuízos na arrecadação de ICMS decorrentes da prática de contrabando no Paraná.

Proposta segue engavetada em Comissão

¶ No dia 31 de março deste ano, já com seis CPIS protocoladas por deputados governistas na Assembleia Legislativa do Paraná, a oposição apresentou um projeto de resolução para instalar a comissão que pretende investigar irregularidades na Receita Estadual. De acordo com o regimento interno da Casa, a única possibilidade de uma CPI ser criada enquanto outras cinco estiverem funcionando, é se o plenário aprovar um projeto de resolução liberando a instalação da comissão.

Desde que foi apresentada, porém, a proposta segue engavetada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). "Tudo que é contra o governo some na CCJ, nada anda. É uma coisa incrível, uma mágica que tem por lá", critica o deputado Requião Filho (PMDB), vice-líder da oposição. (ELG)

"É difícil. Todo mundo quer ser o 18º a assinar, quando o jogo já estiver ganho. Dizem que estão junto com a gente, que vão assinar, que só estavam esperando passar a greve dos professores. Não sei se estão valorizando o passe ou enrolando mesmo."

Requião Filho (PMDB), vice-líder da oposição da Assembleia Legislativa.

"Continuo acreditando muito no trabalho do Gaeco. CPI é mais para divertir, para dar mídia, discursos, debates."

Luiz Claudio Romanelli (PMDB), líder do governo na Assembleia.

15 JUN 2015

GAZETA DO POVO

BENETTI

A PRISÃO DE ABI ANTOUN



15 JUN 2015

GAZETA DO POVO

» LAVA JATO

Esquema desviou R\$ 256,6 mi na Transpetro

¶ Balanço de 2014 da Transpetro — subsidiária da Petrobras para o transporte e logística — reconheceu um rombo de R\$ 256,6 milhões no caixa da companhia por conta dos desvios descobertos pela Operação Lava Jato. “Com base em metodologia desenvolvida em conjunto com a Controladora (Petrobras), a Companhia (Transpetro) reconheceu, no terceiro trimestre de 2014, uma baixa no montante de R\$ 256,6 milhões de gastos capitalizados referentes a valores pagos na aquisição de ativos imobilizados em períodos anteriores”, diz o documento “Demonstrações Contábeis 2014”, de 29 de abril.

Em seu balanço, a Transpetro considerou os contratos de R\$ 8,8 bilhões, feitos entre 2004 e 2012, com 27 empresas suspeitas de cartel e corrupção nas investigações da Lava Jato e aplicou um percentual de 3%. “Representa os valores adicionais impostos pelas empreiteiras e fornecedores, utilizados por essas empresas para realizar pagamentos indevidos.”

Os beneficiários elencados são “partidos, políticos em exercício e outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, além de ex-empregados do Sistema Petrobras”.

O documento tem como base os trabalhos da empresa de auditoria PricewaterhouseCoopers, que não cita nomes da subsidiária nem detalha quais ativos estão envolvidos.

É a primeira vez que a Transpetro reconhece oficialmente que houve perdas sob a rubrica “reflexos da Operação Lava Jato”. O ex-presidente da empresa Sergio Machado é o principal nome sob suspeita.

OUTRO LADO

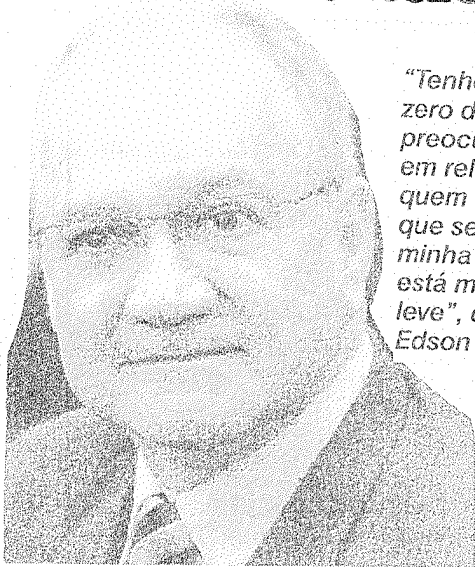
Companhia não fez qualquer pagamento indevido, diz balanço

¶ A Transpetro informou que não houve desvios por parte de seus agentes públicos e que dois escritórios de advocacia estão conduzindo uma investigação interna independente. “A Companhia não fez qualquer desses pagamentos indevidos”, informa o documento “Demonstrações Contábeis 2014”. O balanço diz que “informações que determinem o montante que foi cobrado adicionalmente pelos membros do cartel não se encontram nos registros contábeis” da Transpetro. Por isso, não foram detalhados valores nem os ativos. “Como eles foram feitos por empreiteiras e fornecedores, os valores exatos que foram gastos adicionalmente pela Companhia e usados para financiar pagamentos indevidos não podem ser identificados”, ressalta a Transpetro. O ex-presidente da subsidiária Sergio Machado não quis comentar o caso.

13 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Fachin promete isenção e discrição



“Tenho zero de preocupação em relação a quem quer que seja, minha alma está muito leve”, diz Edson Fachin

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba – Gaúcho de nascimento e paranaense por “adoção”, o jurista Edson Fachin voltou a afirmar ontem que está honrado em integrar a Suprema Corte e ressaltou que não está preocupado em julgar casos polêmicos ou que venham a envolver nomes conhecidos do cenário político nacional. A indicação dele ao cargo foi questionada por muitos deputados federais e senadores - alguns inclusive, citados nos inquéritos da Operação Lava Jato - devido à sua ligação com o PT (chegou a pedir votos para a presidente Dilma Rousseff) e com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela simpatia ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). “Tenho zero de preocupação em relação a quem quer que seja, minha alma está muito leve. Entendo que é um papel relevante a cumprir, em prol da sociedade

brasileira e é com esta perspectiva que quero dedicar os anos úteis da minha vida. Recebo esta nomeação como uma missão”, destacou.

Ele toma posse como mais novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) na próxima terça-feira, e ontem conversou com a imprensa pela primeira vez desde que foi confirmado no cargo após sua indicação ser aprovada pelo Senado, no mês de maio. O magistrado, que está com 57 anos, e passou por uma exaustiva sabatina até ser confirmado como ministro, também se mostrou um defensor do diálogo. “Toda conclusão que seja sobre questões cruciais (polêmicas ou não), como as que são sobre o direito, requer diálogo. O consenso sem diálogo é, na verdade, uma farsa. O consenso é uma construção”, destacou.

Fachin disse que, na realidade, ele foi sabatinado muito antes da “sabatina oficial” na Câmara dos Deputados. O jurista informou que foi a 81 gabinetes e conversou com 78

senadores e que, mesmo antes de se apresentar, muitas vezes já era questionado sobre redução da maioria penal ou se concordava com a criminalização da homofobia. Dessas visitas, ele afirma que leva um grande aprendizado. “Houve um conjunto de inquirições, não foram visitas protocolares. A coisa que menos falei foi sobre meu currículo, pois já entrávamos nas questões específicas. E o mais interessante é que ouvi coisas muito boas. Valeu a pena ter enfrentado tudo isso”, contou.

À sua espera, no gabinete em Brasília, estarão aproximadamente 1.500 processos num primeiro momento. Mas, conforme Fachin, este número pode triplicar e chegar a seis mil devido à distribuição por compensação, pois o gabinete ficou parado por quase um ano, desde a saída do ex-ministro Joaquim Barbosa. Ainda durante o bate-bapo com jornalistas, o magistrado informou que não tem pretensão de vocalizar seus posicionamentos, ou seja, quer manter uma conduta de discrição na Corte. Tal comportamento, por exemplo, é verificado no juiz federal da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, Sérgio Moro, que evita a imprensa e se manifesta por meio de suas decisões.

CONTINUA

13 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

“Entendo que o juiz, fundamentalmente, fala no processo. A mensagem que vou dar a partir do exame dos casos que fizer virão nas minhas intervenções durante as sessões no plenário da Corte, nas turmas ou nos votos que proferir. Respeito todos os perfis, mas durante três décadas tive uma exposição pessoal e acadêmica que me parece que já está de bom tamanho”, apontou.

REPERCUSSÃO

Fachin ressaltou que vê com bons olhos o interesse da população nos julgamentos do STF, que vem crescendo desde a época do mensalão e que deve se intensificar na medida em que os inquéritos da Lava Jato forem avançando na Corte. “Ontem (quinta) à noite, depois de encaixotar as coisas no meu ex-escritório, o guarda da rua me abordou quando me despedi e disse: ‘Confiamos em você!’. Ou seja, ele sabia que estava conversando com um futuro ministro do STF. Isso seria impensável anos atrás. Acho isso extremamente positivo”, ressaltou.

O ministro também destacou a mobilização feita no Paraná em torno da indicação de seu nome. Há muito tempo não se verificava a “união” de forças sobre uma questão, em especial entre lideranças políticas. “O que acho que precisamos fazer é manter esta união acesa. O Estado não pode se desmobilizar. Houve uma união ímpar e isso me honrou muito, o que eleva minha responsabilidade”, defendeu.

VIDA ACADÊMICA

O ministro adiantou que pretende manter a vida acadêmica em segundo plano, mas que vai tentar adequar a agenda para prosseguir com as aulas em disciplinas de mestrado ou doutorado na Universidade Federal do Paraná (UFPR). O STF tem sessões terças, quartas e quintas-feiras. O ministro teria a segunda-feira pela manhã ou sexta à noite para esta atividade. “Estarei presente em todas as sessões do Tribunal e as outras atividades terão que se adequar a esta prioridade que agora é o Supremo Tribunal. Exerci o magistério e a atividade acadêmica por mais de três décadas. Agora tenho 13 anos para atuar no STF”, concluiu.

13 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Defesa de delator aponta Abi como 'protetor' de auditores

De acordo com Eduardo Ferreira, que defende Luiz Antonio de Souza, empresário Luiz Abi Antoun dava cobertura política a fiscais da Receita

66 *Ele indicava para cargos diretivos da Receita aqueles auditores que integravam a organização criminosa"*

Edson Ferreira
Reportagem Local

Considerado o padrinho político dos principais investigados na Operação Publicano, o empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB), deve prestar depoimento ao delegado do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Alan Flore, no começo da semana que vem. Abi cumpre prisão preventiva na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL), depois de ter se entregado na sede do Ministério Público (MP), quinta-feira à noite. Além de Abi, o delator Luiz Antonio de Souza também está na PEL, porém, eles não mantêm contato.

O envolvimento de Luiz Abi com a estrutura da corrupção na Receita Estadual teve início logo no começo do atual

governo estadual, embora o esquema de pagamento de propina aos auditores fiscais já exista há 30 anos, conforme relatou o auditor Luiz Antonio de Souza, preso desde janeiro e que firmou acordo de delação premiada com o MP. De acordo com o advogado Eduardo Duarte Ferreira, que defende Souza, "há décadas mudam as cadeiras, mas não os nomes", se baseando no que o cliente contou ao MP. Ferreira afirmou que os líderes, sendo o mais recente deles o auditor preso Márcio Albuquerque de Lima, operavam a divisão do dinheiro ilegalmente amealhado. "Abi, pela sua influência em diversos setores da administração estadual, foi procurado por Márcio, (José Luiz) Favoretto e o Luiz Antonio interessados em ocupar cargos maiores." No esquema de corrupção, a chefia ficava com a maior parte.

Ferreira classificou Abi como o "protetor desse grupo". "Sem a cobertura política que ele podia oferecer, não seriam essas pessoas que estariam à frente do esquema, embora já existisse a estrutura de propina." Ferreira, que acompanhou os dois meses de depoimentos dados pelo seu cliente ao Gaeco, avalia que o esquema "é muito grande, acho que nem o Abi tinha a dimensão de tudo."

Lima tornou-se o inspetor-geral de fiscalização da Receita Estadual, cargo do qual pediu exoneração um dia antes de o Gaeco deflagrar a primeira fase da Publicano, em março. O promotor de Justiça, Jorge Fernando Barreto da Costa, coordenador do Gaeco, confirmou que o papel de Abi seria indicar nomes de seu interesse para cargos maiores na hierarquia da Receita.

CONTINUA

13 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

“Ele tinha uma importância no sentido de indicar para cargos diretivos da Receita aqueles auditores que integravam a organização criminosa, permitindo que os crimes continuassem se desenvolvendo.” Em troca, Abi teria garantido uma parte do dinheiro ilegal sendo destinado à campanha de reeleição de Beto. Conforme o delator, o montante em 2014 para o PSDB teria chegado a R\$ 4,3 milhões. O partido nega e afirma que todas as contas foram aprovadas pela Justiça Eleitoral.

Com a prisão de Abi, são 50 detidos nesta fase da Publicano, sendo a maioria da delegacia da Receita de Londrina. O Gaeco tem até a próxima sexta-feira para a conclusão do inquérito. “Diante da dimensão do esquema instalado na Receita, é realmente um caso de abnegação dos profissionais do Gaeco, com a pouca estrutura que têm”, afirmou Ferreira.

Procurado pela FOLHA, o advogado Luiz Carlos Mendes não quis se manifestar sobre a investigação de Luiz Abi.

TJ NEGA PEDIDO DE ABI

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná negou pedido feito pela defesa de Luiz Abi para suspender a ação penal da Operação Voldemort e remete-la para o segundo grau. Abi chegou a ficar preso por uma semana naquela apuração, acusado de ser o líder da organização criminosa que teria fraudado a contratação da oficina Providence, de Cambé, pela Diretoria de Transporte Oficial do Estado (Deto).

Ao apresentar a denúncia, o MP pediu que cópia do processo fosse enviada ao TJ para apuração de eventual envolvimento da secretária estadual da Administração e Previdência, Dinorah Nogar, que tem foro privilegiado. Para a defesa de Abi, teria havido irregularidade administrativa porque apenas o TJ poderia desmembrar a ação. Porém, para o relator no TJ, Renato Lopes de Paiva, “não houve usurpação de competência” por parte do juízo de primeiro grau.

MAZZA

Luiz Abi

E o empresário Luiz Abi Antoun se apresentou ao Gaeco. Costuma-se dizer que é um parente remoto do governador, na verdade um terremoto se comprovado o comando político das ações dos auditores delinquentes, como alega a acusação. Mesmo que não autorizado a fazê-lo tinha tráfego forte na administração, ainda segundo a promotoria pública.

13 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Gaeco prende aliciadora em rede de exploração sexual

A acusada vinha colaborando com as investigações, mas teve a prisão decretada após atentar contra as provas, segundo delegado

Rafael Fantin

Reportagem Local

Londrina – Uma mulher foi presa ontem pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) na zona norte de Londrina, suspeita de participar da rede de exploração sexual em Londrina. Em entrevista à rádio Paiquerê AM, o delegado do Gaeco, Alan Flore, disse que a aliciadora Rafaela Gomes, 26 anos, foi identificada durante a investigação que apura crimes sexuais contra adolescentes, mas vinha colaborando com o Ministério Público (MP) com informações sobre o esquema de exploração. “Porém, em determinado momento, nós percebemos que ela estava atendendo contra as provas obtidas e instrução, e isso, de fato, gera a necessidade que a medida cautelar de prisão preventiva seja decretada”, explicou.

Além disso, Flore afirmou que a detenção da aliciadora foi “para preservar a formação da prova”, o que foi acatado pela Justiça após pedido do MP. “Ainda existia a notícia de que ela poderia se evadir de Londrina e isso também seria um novo fato para se pedir a prisão preventiva”, acrescentou.

Flore informou que a aliciadora já foi indiciada em outras investigações e responde pelos processos, mas como estava colaborando, a prisão não era considerada necessária até o prejuízo das provas. “Ela foi ouvida várias vezes e, em determinados depoimentos, nós constatamos que ela apresentava fatos inverídicos, atitude incompatível com a situação em que ela se encontrava”, explicou o delegado. A aliciadora foi encaminhada ao 3º Distrito Policial.

Alan Flore não descartou a possibilidade de que suspeitos envolvidos no esquema de exploração sexual possam ter oferecido vantagens para que a aliciadora deixasse de colaborar com as investigações.

O CASO

A rede de exploração começou a ser desvendada em janeiro após a prisão em flagrante do auditor da Receita Estadual Luiz Antônio de Souza quando ele estava fazendo programa com uma adolescente de 15 anos em um motel de Londrina. Segundo as investigações, o encontro foi agenciado pela irmã da menor

de idade por R\$ 2,5 mil. Carla de Jesus foi detida como aliciadora do esquema, mas respondeu em liberdade após acordo de delação premiada.

Na audiência de instrução, a defesa do auditor pediu uma acareação entre os dois policiais que prestaram depoimentos como testemunhas de acusação, mas o pedido foi indeferido pela juíza. O advogado de Souza, Eduardo Duarte Ferreira, sustentou que o cliente não chegou a consumir o ato com a adolescente. Já a promotora Susana Lacerda informou que os dois réus confirmaram os fatos e que o processo segue para a fase final.

13 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

MP pede condenação de cúpula da Mendes Júnior

Ricardo Brandt,
Mateus Coutinho e
Fausto Macedo
Agência Estado

São Paulo - A força-tarefa da Operação Lava Jato pediu a condenação dos executivos da cúpula da empreiteira Mendes Júnior a mais de 30 anos de prisão por corrupção ativa, organização criminosa e lavagem de dinheiro no esquema de propinas instalado na Petrobras. É a mesma punição que, no início da semana, foi pedida para os altos executivos da OAS, outra empreiteira sob suspeita de ter formado cartel para se aposar de contratos bilionários na estatal petrolífera.

Em alegações finais à Justiça Federal, no processo contra o comando da Mendes Júnior, os nove procuradores da República que integram a força-tarefa pedem, ainda, perdimento de R\$ 30,34 milhões, quantia correspondente à propina de 1% que teria sido paga pela empreiteira ao ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, sobre todos os contratos e aditivos dos quais participou.

Também foi requerida a condenação de Costa e do doleiro Alberto Youssef - elo do ex-diretor com políticos e empreiteiros - por 52 atos de corrupção passiva.

Os procuradores pediram o desmembramento do processo com relação a um outro acusado, o empreiteiro Ricardo Pessoa, dono da UTC En-

genharia. Apontado como presidente do clube vip do cartel das construtoras, Pessoa está fazendo delação premiada na Procuradoria-Geral da República.

A força-tarefa da Lava Jato pede, na ação da Mendes Júnior, indenização em favor dos cofres da estatal no montante de R\$ 207,29 milhões, correspondente a 3% do valor total dos contratos "no interesse dos quais houve a corrupção de empregados da Petrobras" - esse valor é calculado independentemente da quota parte da empreiteira nos consórcios que executaram tais contratos, pela natureza solidária da obrigação. Na mesma ação, os procuradores pedem a condenação de outros oito personagens denunciados no processo da Mendes Júnior, entre eles ex-auxiliares do doleiro Youssef.

A ação se reporta a negócios celebrados pela Mendes Júnior e por consórcios dos quais fez parte para as obras da Refinaria de Paulínia (Replan), da Refinaria Getúlio Vargas, no Paraná (Repar), do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), Terminal Aquaviário Barra do Riacho, da Regap e dos Terminais Aquaviários de Ilha Comprida e Ilha Redonda.

Caberá, agora, ao juiz Sérgio Moro, da Justiça Federal no Paraná, dar a sentença sobre o caso.

DEFESA

O criminalista Marcelo Leonardo, que defende os executivos da Mendes Júnior, afirmou que as alegações finais do Ministério Público Federal "são absolutamente injustas". Ele informou que até o dia 26 de junho irá entregar a peça de alegações finais em nome da defesa.

13 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

PUC-PR reforça coro contra redução da maioridade

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba – Em meio às acaloradas discussões travadas na Câmara dos Deputados acerca da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171/1993, que diminui a idade penal de 18 para 16 anos, entidades da sociedade civil também têm tornado público seus posicionamentos sobre o tema. Uma das maiores instituições do País, com mais de 14 mil colaboradores e 27 mil alunos em sua rede de colégios, o Grupo Marista reforçou, na última semana, o coro em defesa do cumprimento, e não da modificação, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para firmar essa posição, o Observatório das Juventudes da PUC-PR, pertencente o conglomerado, lançou o caderno “Redução da Maioridade Penal: por

que somos contra!”. Um comitê interno também foi montado, em caráter de urgência, com o objetivo de acompanhar o debate em Brasília.

O material traz reflexões de pensadores das áreas da educação, artes, direito e psicologia, como o filósofo e escritor Mario Sergio Cortella, o religioso Frei Betto e o ex-ministro da Educação Cristovam Buarque, além de acadêmicos da PUCPR. O argumento destacado por eles é o mesmo de entidades como a Fundação Abrinq e a própria Organização das Nações Unidas (ONU): jovens são mais vítimas do que autores de violência no Brasil. A premissa é baseada, ainda, em dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), segundo os quais, dos 21 milhões de meninos e meninas brasileiros, apenas 0,013% teria cometido atos

contra a vida.

De acordo com o organizador da publicação e coordenador do observatório, Jean Michel Silva, a ideia é tomar uma postura mais propositiva, no sentido de buscar soluções aos problemas relacionados à violência. “Fizemos um debate dentro da própria universidade. O mote da campanha de comunicação é: ‘mais educação, mais direitos’. Acreditamos que deva haver um investimento maior em políticas públicas”, defende. Ele cita o fato de o ECA já prever a responsabilização a partir de 12 anos, em unidades especializadas, e a questão do sistema prisional, que não estaria cumprindo sua função de reinserção social, como motivos para se derrubar a PEC. O caderno está disponível para download no link <http://cienciaefe.pucpr.br/publicacoes>.

OPINIÃO DO LEITOR

Redução da maioridade penal

Aos leitores contrários à redução penal pergunto: alguém da família já foi assassinado por um menor de idade? Já foi assaltado ou roubado à mão armada por um menor de idade? Sabia que atrás de um menor quase sempre há um adulto que o alicia ou o manipula? Sabia que a primeira palavra que um menor capturado pela polícia diz é: “Eu sou de menor!”? Sabia que, após a captura, em aproximadamente três meses o menor já está em liberdade cometendo os mesmos delitos ou pior? Sabia que os adolescentes acima de 16 anos estão mais propensos a não ouvirem seus pais? Em razão dessa lei que permite esse subterfúgio, o delinquente improdutivo mata e saqueia os corretos e produtivos. Conclamo ser favorável à valorização dos professores, ser a favor da escola fundamental em tempo integral gratuito, isso sim, é socialização dos excluídos e de todos.

OSÓRIO HAYASHI (empresário) – Londrina

14 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

— OPINIÃO DO LEITOR —

Redução da maioridade penal

É totalmente inócuo o projeto de Lei que tramita na Câmara Federal para reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos. O Brasil está caminhando sempre na contramão. Temos a terceira maior população carcerária do mundo e, caso esse projeto aprovado, em breve passaremos a ser a primeira. Não seria melhor investir em medidas preventivas, tais como na educação básica, na formação militar por exemplo? A soma astronômica que se gasta na manutenção carcerária, bem que poderia ser investida na educação e nas Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica). Aliás, minha sugestão seria reduzir o tempo de caserna para os recrutas a fim de que pudessem formar um maior número de cidadãos íntegros e civicamente educados para a sociedade. Mudança na maioridade penal vai forçar a bandidagem a migrar para os adolescentes de 14 anos.

RUBENS PEDRO DA SILVA (aposentado) – Londrina

15 JUN 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

ACÚMULO!

Em tempo de aperto, juízes ganham novo benefício, que vai bombar salários em todo o país

Katna Baran

Os magistrados da Justiça Federal devem começar a receber, ainda neste mês, um novo benefício: a gratificação por acúmulo de função. O valor corresponde a um terço do salário dos magistrados, que varia entre R\$ 27,5 mil e R\$ 30,4 mil. A resolução, publicada pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), trata de uma lei de janeiro, que liberou o benefício.

Com a regulamentação, cada Tribunal Regional Federal (TRF) está fazendo o levantamento de quantos juízes e desembargadores exerceram acúmulo de função por mês. Só no TRF da 4.ª Região (que abrange Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), 329 dos 401 magistrados receberão a gratificação. Em apenas um mês, a estimativa de gastos no TRF4 é de R\$ 1.578.154,79. Mantendo a mesma média, o valor pode chegar a R\$ 19 milhões anuais.

Segundo o TRF4, a medida buscou equiparar a carreira dos magistrados federais com a dos integrantes do Ministério Público Federal (MPF), que já recebem a gratificação desde 2014.

O novo benefício pode ser estendido aos demais magistrados do país, gerando um efeito-cascata nos estados. Juízes e integrantes dos Ministérios Públicos (MPs) têm isonomia legal: a vantagem concedida a um grupo pode ser pleiteada pelos demais.

REGRAS

A resolução determina que pode receber a gratificação o magistrado que exercer atividade em mais de um juízo por mais de três dias úteis. O acúmulo pode se dar pelo tempo máximo de 15 dias no caso de juízes e dez dias para desembargadores. Como a gratificação será incorporada ao salário, o valor final da remuneração não poderá ultrapassar o teto de R\$ 33,8 mil. Porém, a resolução determina que, se o salário exceder o teto, os dias de acúmulo serão convertidos em "dias de compensação, na proporção de três para um".

13 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

OSCAR VILHENA VIEIRA

Aluta pelo Direito

A advocacia gratuita
compõe nossa tradição
jurídica pelo menos desde
meados do século 19

O CONSELHO Federal da OAB se reúne neste domingo, em caráter extraordinário, para deliberar sobre o novo código de ética e disciplina da advocacia. Um dos temas de interesse da sociedade refere-se à advocacia "pro bono"; aquela realizada de forma gratuita para pessoas e organizações que não podem custear os honorários de um advogado.

A advocacia gratuita, de caráter humanitário ou de interesse público, compõe nossa tradição jurídica pelo menos desde meados do século 19. Podemos considerar Luís Gama o fundador da advocacia "pro bono" no Brasil.

Filho de escrava e de comerciante português, Luís Gama estabeleceu a mais extensa, original e eficiente rede de defesa jurídica que se tem notícia na história brasileira. Seu objetivo: libertar escravos, a partir das brechas jurídicas abertas pela proibição do tráfico negreiro e pela Lei do Ventre Livre.

Essa tradição de advocacia altruísta vem sendo carregada, de geração em geração, por nossa comunidade jurídica. Rui Barbosa e Evaristo de Morais, na Primeira República, Sobral Pinto e Evandro Lins e Silva, durante o Estado Novo, José Carlos Dias e Rosa Cardoso, no período militar, são apenas exemplos dos inúmeros advogados que fizeram da defesa graciosa de pessoas vulneráveis parte de suas ricas trajetórias profissionais.

Com a explosão de novos cursos de direito na década de 90 e a chegada de milhares de advogados ao mercado todos os anos, o que era nobre passou a ser visto com des-

confiança. Como se a advocacia voluntária de interesse social fosse capaz de roubar postos no mercado daqueles que lutam para subsistir. Restrições foram estabelecidas, especialmente no que se refere ao atendimento de pessoas físicas.

Em 2013, felizmente, o Conselho Nacional da OAB suspendeu liminarmente essas restrições. Tem agora o desafio de conceber novas regras para a prática da advocacia "pro bono" num país que, embora democrático, é profundamente desigual e injusto.

O fato é que as Defensorias Públicas, que realizam um trabalho hercúleo, não têm a dimensão necessária para atender a enorme demanda. Segundo dados do Ipea, apresentados em 2013, são menos de 6.000 defensores públicos em todo o território nacional, para atender um potencial contingente de 40 milhões de pessoas que ainda vivem em pobreza, sendo que, destes, 16 milhões encontram-se em situação de pobreza extrema. Em 72% das localidades que possuem juizes, os mais vulneráveis não têm assegurado o seu direito de acesso à Justiça por falta de um defensor público.

Não deixa de ser paradoxal que, no país com a segunda maior população de advogados do mundo, tantas pessoas estejam excluídas do Estado de Direito.

A OAB tem feito louváveis esforços para suprir essa enorme carência. Da mesma forma, muitas advogadas e advogados, individual ou

coletivamente, têm dado a sua contribuição voluntária para superar as nossas múltiplas esferas de profunda e persistente desigualdade. Os trabalhos do Instituto Pro Bono e do Instituto de Defesa de Direito de Defesa são exemplo disso.

Os conselheiros federais da OAB terão amanhã uma excelente oportunidade para reafirmar o compromisso da advocacia com a luta pelos direitos dos setores mais vulneráveis de nossa sociedade, habilitando definitivamente a advocacia "pro bono" no país.

13 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

RUY CASTRO

Goleada redentora

RIO DE JANEIRO—Até quarta-feira passada, ao escrever “ocupação: escritor” na ficha dos hotéis e ser perguntado sobre minha especialidade, a vontade era a de dizer: “Biógrafo. Se e quando deixam”. Se quisesse biografar, digamos, Manuel Bandeira, Dick Farney, Cecília Meireles, Di Cavalcanti, Raul Seixas ou Guimarães Rosa, eu teria de me humilhar diante de seus herdeiros ou representantes para conseguir as autorizações. E, terminado o trabalho, submeter-lhes os originais para “apreciação” —que lhes dava o privilégio de cortar o que não quisessem ver publicado.

Se já era assim quando se tratava de simples cantores, pintores, poetas e escritores —que, em princípio, podem ter cometido apenas pecadinhos pessoais—, imagine biografar o general Médici, sinônimo da tortura na ditadura, ou alguns dos empresários que financiaram o DOI-Codi e se beneficiaram de favores concedidos por ministros do período, entre os quais vários ainda vivos. Era um capítulo crucial da história do Brasil que nos estava sendo sonogado.

Os 9 x 0 do STF vão além da liberação das biografias, na opinião do meu amigo e antigo colega do “Correio da Manhã”, o analista político Pedro do Coutto. “Essa goleada representa o sepultamento definitivo da ditadura militar, 30 anos depois que ela foi dada como morta”, diz ele.

Coutto tem razão. Neste momento, talvez mais importante do que biografar cantores de rádio —mesmo aqueles que mancharam suas biografias arvorando-se de censores há dois anos e, agora, cinicamente, tentam tirar o corpo fora— seria mergulhar a fundo na história dos protagonistas da vida política brasileira nos últimos 50 anos. Inclusive os de hoje.

Os 9 x 0 acabam também com a indústria do herdeiro, que dava a parasitas com algum parentesco ilustre o direito de extorquir dinheiro dos biógrafos e dos produtores culturais.

13 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Primo de governador tucano se entrega

Empresário lideraria esquema no Paraná

O empresário Luiz Abi Antoun, primo do governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), entregou-se na noite de quinta-feira (11) ao Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), em Londrina (PR).

Ele estava foragido desde a manhã de quarta (10). A prisão de Antoun integra a segunda fase da Operação Publicano, que investiga esquema de corrupção e sonegação fiscal na receita do Paraná.

Na quarta, 47 pessoas foram presas –ao todo, a Justiça expediu 68 mandados de prisão, sendo 50 contra auditores fiscais paranaenses.

A operação do Gaeco apura a existência de um esquema em que auditores exigiam dinheiro de empresários do Paraná para abater ou anular dívidas. Mais de cem pessoas estão envolvidas, segundo a investigação.

Antoun ficará preso na Penitenciária Estadual de Londrina. Primo, ex-assessor parlamentar e amigo de Richa, Antoun é considerado um dos mais influentes e importantes membros da organização criminosa, segundo denúncia dos promotores.

Richa diz que Antoun é um parente distante.

“É evidente que Luiz Abi Antoun atua não apenas como ascendência sobre os maiores escalões da receita, mas também com toda sua influência política no governo estadual”, diz trecho do pedido de prisão do Gaeco.

O documento traz foto de Richa ao lado de Abi Antoun e de Márcio de Albuquerque Lima, companheiro de corridas do governador e ex-inspetor geral de fiscalização da receita, também apontado como uma das figuras principais do esquema.

Lima foi preso na quarta-feira. A mulher dele também está presa.

A investigação também aponta que R\$ 4,3 milhões da propina recolhida dos empresários abasteceram a campanha de reeleição de Richa, em 2014. O PSDB e o governador tucano negam.

Procurado, o advogado de Abi Antoun não retornou às ligações da reportagem.

“É uma super organização criminosa na receita que extrapola os limites do município [Londrina]”, diz o promotor Renato de Lima Castro.

Abi também é protagonista de outra operação do Gaeco, a Voldemort, que apura fraude em licitação para manutenção de veículos oficiais do governo do Estado.

14 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça ou vingança?

MARIA RITA KEHL

Alguém realmente acredita que reduzir a maioria penal há de amenizar a violência social de que somos todos, sem exceção, vítimas?

Sou obrigada a concordar com Friedrich Nietzsche: na origem da demanda por justiça está o desejo de vingança. Nem por isso as duas coisas se equivalem. O que distingue civilização de barbárie é o empenho em produzir dispositivos que separem um de outro. Essa é uma das questões que devemos responder a cada vez que nos indignamos com as consequências da tradicional violência social em nosso país.

Escrevo “tradicional” sem ironia. O Brasil foi o último país livre no Ocidente a abolir a prática bárbara do trabalho escravo. Durante três séculos, a elite brasileira capturou, traficou, explorou e torturou africanos e seus descendentes sem causar muito escândalo.

Joaquim Nabuco percebeu que a exploração do trabalho escravo perverteria a sociedade brasileira — a começar pela própria elite escravocrata. Ele tinha razão.

Ainda vivemos sérias consequências desse crime prolongado que só terminou porque se tornou economicamente inviável. Assim como pagamos o preço, em violência social disseminada, pelas duas ditaduras — a de Vargas e a militar (1964 e 1985) — que se extinguiram sem que os crimes de lesa-humanidade praticados por agentes de Estado contra civis capturados e indefesos fossem apurados, julgados, punidos.

Hoje, três décadas depois de nossa tímida anistia “ampla, geral e irrestrita”, temos uma polícia ainda militarizada, que comete mais cri-

mes contra cidadãos rendidos e desarmados do que o fez durante a ditadura militar.

Por que escrevo sobre esse passado supostamente distante ao me incluir no debate sobre a redução da maioria penal? Porque a meu ver, os argumentos em defesa do encarceramento de crianças no mesmo regime dos adultos advêm dessa mesma triste “tradição” de violência social.

É muito evidente que os que conduzem a defesa da mudança na legislação estão pensando em colocar na cadeia, sob a influência e a ameaça de bandidos adultos já muito bem formados na escola do crime, somente os “filhos dos outros”.

Quem acredita que o filho de um deputado, evangélico ou não, homofóbico ou não, será julgado e encarcerado aos 16 anos por ter queimado um índio adormecido, espancado prostitutas ou fugido depois de atropelar e matar um ciclista?

Sabemos, sem mencioná-lo publicamente, que essa alteração na lei visa apenas os filhos dos “outros”. Estes outros são os mesmos, há 500 anos. Os expulsos da terra e “incluídos” nas favelas. Os submetidos a trabalhos forçados.

São os encarcerados que furto para matar a fome e esperam anos sem julgamento, expostos à violência de criminosos perigosos. São os militantes desaparecidos durante a ditadura militar de 1964-85, que a Comissão da Verdade não conseguiu localizar porque os agentes da repressão se recusaram a revelar seu paradeiro.

Este é o Brasil que queremos tornar menos violento sem mexer em nada além de reduzir a idade em que as crianças devem ser encarceradas junto de criminosos adultos. Alguém acredita que a medida há de amenizar a violência de que somos (todos, sem exceção) vítimas?

As crianças arrematadas pelo crime são evidências de nosso fracasso em cuidar, educar, alimentar e oferecer futuro a um grande número de brasileiros. Esconder nossa vergonha atrás das grades não vai resolver o problema.

Vamos vencer nosso conformismo, nossa baixa estima, nossa vontade de apostar no pior — em uma frase, vamos curar nossa depressão social. Inventemos medidas socioeducativas que funcionem: sabemos que os presídios são escolas de bandidos. Vamos criar dispositivos que criem cidadãos, mesmo entre os miseráveis — aqueles de quem não se espera nada.

MARIA RITA KEHL, 63, psicanalista, foi integrante da Comissão Nacional da Verdade. É autora de “O Tempo e o Cão - A Atualidade das Depressões” (Boitempo) e de “Processos Primários” (Estação Liberdade)

14 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Após caso de estupro coletivo, escola no Piauí vive luto e medo

Colegas de jovens atacadas mudam de sala e evitam sair sozinhos

CLÁUDIA COLLUCCI
ENVIADA ESPECIAL A CASTELO DO PIAUÍ

Choro na sala de aula, medo de sair sozinho e até mesmo de ir à escola.

Desde que quatro garotas de Castelo do Piauí (a 184 km de Teresina) foram vítimas de um estupro coletivo, o clima entre os jovens da cidade é de medo e de insegurança.

Após o ataque, as meninas foram jogadas de um penhasco. Quatro jovens, de 15 a 17 anos, e um homem de 40 anos são suspeitos do crime, ocorrido em 27 de maio. O caso está sob sigilo de justiça.

Na Unidade Escolar Francisco Sales Martins, onde estudavam as quatro jovens, o luto vai muito além dos dizeres da faixa pendurada na entrada da escola.

Com a morte de Danyelle Feitosa, 16, no último domingo (7), a rotina escolar mudou. Os alunos do 3º A, onde estudavam Dany e as amigas,

R., 17, e I., 16, pediram para mudar de sala.

“O clima estava muito pesado”, relata um colega. A outra garota, J., 15, está no primeiro ano, e a consternação se repete na sala dela.

Na classe de Dany, nos últimos dias, muitas meninas se emocionaram na hora da chamada ao ouvirem os nomes das amigas. Na pequena Castelo, com pouco mais de 18 mil habitantes, muitos se conhecem desde a infância.

“A Dany era muito popular, muito inteligente e sempre disposta a ajudar”, conta uma colega de classe.

Com lágrimas nos olhos, a diretora da escola, Lucineide Silva, diz que se pergunta diariamente se a tragédia aconteceu de fato.

R. continua internada em Teresina. Assim como a amiga, sofreu traumatismo craniano e perda de massa encefálica, mas não corre risco de morte, segundo os médicos.

J. e I. já tiveram alta, mas não voltaram para Castelo. Estão com parentes em Teresina.

TRAUMA

Lucineide diz que espera ajuda de psicólogos para elaborar o luto coletivo com alunos e professores, mas, por enquanto, a ajuda não apareceu.

A escola, com 824 alunos, é referência na região. Nos últimos anos, foi duas vezes finalista da olimpíada nacional de língua portuguesa.

Desde a barbárie, várias alunas faltam à aula. Aos menos quatro estudantes pediram transferência do período noturno para o diurno. Os que continuam estudando à noite querem sair mais cedo.

“Alguns pais estão vindo buscar os filhos a noite, coisa que nunca aconteceu.”

Alunos se queixam de que não conseguem se concentrar. “Tenho pesadelos de que estou sendo atacada”, conta uma jovem.

14 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

CARMEN LÚCIA
CALA A BOCA já

morreu, é a Constituição

do Brasil que garante

ministra do Supremo Tribunal Federal, durante seu voto em sessão que, por 9 a 0, liberou a publicação de biografias não autorizadas no país

GILBERTO GIL

Eu não era a favor da aprovação,

*mas a **MAIORIA** quis*

cantor, sobre decisão do STF no caso

ROBERTO CARLOS

Este equilíbrio entre o

DIREITO à informação

e o direito à dignidade da pessoa

(...) são exatamente os valores

que o Instituto Amigo e

ROBERTO CARLOS

defenderam desde o início de sua luta

comunicado de instituto do cantor sobre a liberação de biografias não autorizadas

15 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Maioridade penal

Ao afirmar que “esconder nossa vergonha atrás das grades não vai resolver o problema”, Maria Rita Kehl (“Justiça ou vingança?”, Tendências/ Debates, 14/6) omite o fato de que permitir criminosos soltos aterrorizando a sociedade também não resolverá o problema. Deixar de mencionar que um problema tão complexo como o da segurança não se resolve com uma única ação revela a desonestidade intelectual na abordagem do problema. Meias verdades impedem um debate honesto e democrático, como quer uma sociedade mais complexa e livre do que na ditadura.

AIRTON DEPPMAN, professor do Instituto de Física da USP (São Paulo, SP)

Até parece que, aos 18 anos, marmanjos sádicos e perversos passam diretamente da fase infantil para a adulta sem atravessarem a adolescência. A solução da autora é que inventemos medidas socioeducativas que funcionem. Que medidas?

ROBERTO DOGLIA AZAMBUJA (Brasília, DF)

Assassinos e estupradores não podem ser considerados crianças. E se a maioridade for reduzida, a reclusão está prevista para locais distintos dos de criminosos já encarcerados.

LUÍZ ALBERTO M. C. BARROS (Guaratinguetá, SP)

Excelente o artigo de Maria Rita Kehl. Nada mais precisa ser dito sobre o quanto uma diminuição na idade penal será prejudicial aos adolescentes mais desprotegidos da sociedade, que os fará misturarem-se aos adultos com “PhD em criminologia” nas cadeias brasileiras!

ANTONIA GONÇALVES RODRIGUES (Vinhedo, SP)

AGENDA DA SEMANA 16 AMANHÃ

Luiz Edson Fachin toma posse como ministro do Supremo Tribunal Federal

